



PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO

Fonte: Thiago Portelinha

DIAGNÓSTICO DE LEITURA COMUNITÁRIA



INSTITUTO
DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO TOCANTINS





PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO

DIAGNÓSTICO DE LEITURA COMUNITÁRIA

APA ILHA DO BANANAL CANTÃO

Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS

Cledson da Rocha Lima

Presidente

Perla Oliveira Ribeiro

Diretora de Biodiversidade e Áreas Protegidas

Victor Danilo Moreto

Gerente das Unidades de Conservação

Associação para o desenvolvimento sustentável do Tocantins – ADSTO

Arnardino dos Santos Gabriel

Presidente

Hércules Jackson Moreira Santos

Advogado

Pedro Igor Galvão Gomes

Arquiteto e Urbanista

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT

Luis Eduardo Bovolato

Reitor

Marcelo Leineker Costa

Vice-reitor

Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Estado do Tocantins - FAPTO

Leo Araújo da Silva

Diretor Presidente

Equipe Técnica – Instituto de Atenção às Cidades - UFT
Coordenação e Acompanhamento

Humberto Xavier de Araujo

Doutor em Engenharia Elétrica – Professor de Engenharia Elétrica e no PpgMCS/UFT
Coordenador Geral

Maria Carolina D'Oliveira

Doutora em Biotecnologia – Professora de Engenharia Civil da UFT
Coordenadora Técnica

Thiago Costa Gonçalves Portelinha

Doutor em Ciências Biológicas – Professor da Engenharia Ambiental e no PpgCiamb/UFT
Especialista Sênior em Meio Físico

Elineide Eugênio Marques

Doutora em Ambientes Aquáticos – Professora da Biologia e no PpgCiamb/UFT
Especialista Sênior em Meio Biótico

Fernando Sérgio de Toledo Fonseca

Doutor em Economia – Professor da Economia da UFT
Especialista Sênior em Socioeconomia

Rodolfo Alves da Luz

Doutor em Geografia Física – Professor da Geografia e no PpgDR/UFT
Especialista Sênior em Sistemas de Informações Geográficas (SIG)

Fernan Enrique Vergara Figueroa

Doutor em Recursos Hídricos – Professor da Engenharia Ambiental da UFT
Especialista Sênior em Recursos Hídricos

Sarah Afonso Rodovalho

Doutora em Desenvolvimento Regional – Prof. da Arquitetura e Urbanismo e no PpgCiamb/UFT
Especialista Sênior em Leitura Comunitária

Polliana Gomes Lopes

Doutora em Ecologia – Professora da Engenharia Ambiental da UFT
Especialista Júnior em Meio Físico

Ana Livia de Macêdo Arouca de Lima

Mestre em Propriedade Intelectual – Professora da Engenharia Civil da UFT
Especialista Júnior em Leitura Comunitária

Clara Silva Gonçalves

Geógrafa – Mestranda na Geografia UFT
Especialista Júnior em Sistemas de Informações Geográficas (SIG)

Erlan Silva de Sousa

Mestre em Ciências do Ambiente PpgCiamb/UFT

Murillo Barros de Carvalho

Mestre em Agroenergia – Doutorando PpgCiamb/UFT

Juliana Barros Martins Coelho

Assistente Administrativo

Erika Torres Salles

Estagiária - Graduanda em Arquitetura e Urbanismo UFT

Lucilene Leite Pereira

Estagiária – Graduanda em Geografia UFT

Paulo Palmeira de Souza Júnior

Estagiário – Graduando em Economia UFT

Mariana Alves da Silva

Estagiária – Graduanda Engenharia Ambiental UFT

DIREITOS AUTORAIS

Copyright@2025 de Instituto de Atenção às Cidade – IAC da Universidade Federal do Tocantins. Todos os direitos reservados. Este documento ou qualquer parte dele não pode ser reproduzido ou usado de forma alguma sem a autorização expressa, por escrito, dos autores, exceto pelo uso de citações breves em uma resenha do documento. Primeira edição, 2025.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	8
1. DIGNÓSTICO AMBIENTAL	9
2. DIGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO	12
3. DIGNÓSTICO DE GESTÃO	14
4. ANÁLISE DOS ATORES.....	16
4.1. Produtores Rurais (Grande e Médio Porte / Agronegócio)	16
4.2. Assentados e Pequenos Produtores (Agricultura Familiar)	17
4.3. Comunidades Tradicionais (Extrativistas, Pescadores, Ribeirinhos)	17
4.4. Poder Público Municipal (Prefeitos, Secretários e Vereadores)	17
4.5. Órgãos de Gestão e Técnicos	18
4.6. Capacidade de Influência	18
CONCLUSÃO	20
REFERÊNCIAS	20

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o **Diagnóstico da Leitura Comunitária** desenvolvido no processo de revisão do **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) Ilha do Bananal/Cantão**, situada no oeste do Tocantins. A APA é estratégica por abrigar ecossistemas de transição entre Cerrado e Amazônia e comunidades que dependem de seus recursos naturais. A revisão do Plano de Manejo fundamenta-se no **princípio da participação social**, previsto na legislação, articulando o conhecimento técnico-científico às percepções locais.

Entre 03 e 14 de agosto de 2025 foram realizadas **14 oficinas comunitárias** nos nove municípios da APA (Araguacema, Caseara, Dois Irmãos, Divinópolis, Marianópolis, Monte Santo, Chapada de Areia, Pium e Abreulândia) e em cinco assentamentos rurais (Onalício Barros, Santa Clara, Salomira, Manchete e Macaúba). Os encontros reuniram sindicatos, associações, assentados, pescadores, produtores rurais, quilombolas, quebradeiras de coco, gestores municipais, empresários e instituições de pesquisa, assegurando diversidade de vozes e interesses. A metodologia seguiu o **roteiro do ICMBio (2018)**, priorizando a identificação dos **Recursos e Valores Fundamentais (RVF)** e dos temas mais urgentes e recorrentes. As informações foram registradas em atas e organizadas neste diagnóstico, compondo um retrato das percepções sociais em diálogo com os estudos técnicos.

Os **principais temas priorizados** refletem os desafios locais. A **água** foi considerada questão central, diante da escassez na seca, do assoreamento dos rios e da degradação de nascentes, gerando forte demanda por proteção hídrica e construção de poços. A **segurança jurídica** destacou-se pela falta de clareza nas normas da APA, que ocasiona multas, dificuldades no crédito rural e insegurança fundiária. A **produção agrícola e pecuária**, sobretudo a agricultura familiar e a pecuária leiteira, foram valorizadas, com solicitações de crédito, assistência técnica e zoneamento compatível com a realidade produtiva.

O **extrativismo** foi reconhecido por sua relevância cultural e econômica, citando-se babaçu, buriti, pequi, mangaba e plantas medicinais, além da necessidade de apoio à comercialização. A **pesca artesanal** foi apontada como atividade essencial, exigindo áreas específicas de manejo e ações contra a pesca predatória. O **turismo de base comunitária** surgiu como alternativa de diversificação econômica e valorização cultural, conciliando conservação e geração de renda.

Outras demandas incluíram o **fortalecimento do Conselho Gestor da APA**, a criação de mecanismos permanentes de participação e a ampliação da **educação ambiental**. A percepção de que o órgão gestor atua mais como instância punitiva do que educativa foi recorrente, indicando a necessidade de uma governança inclusiva e transparente. Os **conflitos fundiários** foram relatados como críticos, especialmente nos assentamentos, com registros de multas desproporcionais, insegurança sobre permanência nos lotes e ausência de assistência técnica. Esses relatos reforçam a urgência de um **zoneamento claro e acessível**, aliado a políticas de apoio produtivo e regularização fundiária.

Assim, este Diagnóstico cumpre função essencial ao **registrar sistematicamente os anseios comunitários** e ao oferecer subsídios para sua incorporação ao zoneamento e aos programas de gestão da proposta de Plano de Manejo (RP03), que será elaborada do IAC/UFT. A efetividade do processo dependerá da capacidade de integrar o conhecimento técnico ao saber comunitário, garantindo legitimidade social, segurança jurídica e aplicabilidade prática na gestão da APA Ilha do Bananal/Cantão.

INTRODUÇÃO

O planejamento das oficinas de **Leitura Comunitária** para a revisão do Plano de Manejo da **APA Ilha do Bananal/Cantão** foi estruturado de forma estratégica, garantindo cobertura territorial, diversidade de atores e eficiência metodológica. Conforme apresentado no **Quadro 1: Agenda das Oficinas de Revisão do Plano de Manejo**, o cronograma contemplou um conjunto de **14 oficinas**, realizadas entre os dias **03 e 14 de agosto de 2025**.

O arranjo da agenda buscou respeitar tanto a **distribuição geográfica** das localidades quanto a **logística de deslocamento das equipes técnicas e comunitárias**, possibilitando a participação ampla dos moradores. Cada oficina foi organizada em articulação com as **prefeituras municipais, sindicatos, associações comunitárias, cooperativas e lideranças locais**, o que contribuiu para a mobilização social e para a legitimidade do processo.

Quadro 1: Agenda das Oficinas de Revisão do Plano de Manejo

ID	Data	Horário	Município/Assentamento	Local
1	03.08.2025	14h às 17h	Assentamento Onalício Barros (Caseara)	Sede do Assentamento
2	04.08.2025	08h às 11h	Caseara	Câmara Municipal
3	04.08.2025	16h às 19h	Araguacema	Centro de Eventos
4	05.08.2025	9h às 12h	Assentamento Santa Clara (Araguacema)	Quadra de esportes coberta
5	05.08.2025	16h às 19h	Assentamento Salomira (Dois Irmãos do Tocantins)	Antiga Escola Aurélio Buarque
6	06.08.2025	9h às 12h	Dois Irmãos do Tocantins	Feira Municipal
7	06.08.2025	16h às 19h	Abreulândia	Feira Municipal
8	11.08.2025	09h às 12h	Chapada de Areia	Centro de Eventos
9	11.08.2025	15h às 18h	Pium	Auditório da prefeitura
10	12.08.2025	14h às 17h	Manchete (Marianópolis)	Igreja
11	13.08.2025	9h às 12h	Assentamento Macaúba (Pium)	Escola Vereador José Pinto
12	13.08.2025	15h às 18h	Marianópolis do Tocantins	Centro de Convenções
13	14.08.2025	8h às 11h	Divinópolis do Tocantins	Centro de Convenções
14	14.08.2025	15h às 18h	Monte Santo do Tocantins	Centro de Convenções

Fonte: IAC/2025.

Metodologicamente, a sistematização dos dados para o diagnóstico se orientou pelo **roteiro do ICMBio (2018)** para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais (ICMBio, 2018). Buscou organizar as informações considerando a análise dos **Recursos e Valores Fundamentais (RVF)**, percebidos pela comunidade, identificando a **condição atual** (estado de conservação, situação em que se encontram os recursos e valores da APA); as **tendências** (aumento ou diminuição dos impactos sofridos, o que aconteceria com os recursos e valores se não houver ação contrária); as **ameaças** (ações que degradam ou compromete o RVF, inclusive aquelas que vêm do exterior para dentro da APA); **necessidades de dados e necessidade de planejamentos** que ajudarão a manejar e proteger os recursos e valores fundamentais, demonstrando as **oportunidades** para a conservação e uso sustentável na APA.

Foi indicado, junto aos recursos e valores fundamentais, os **níveis de prioridade** em cada um dos temas. Foi considerado para essa mensuração a **frequência e consistência** em que um tema foi mencionado nas diferentes oficinas, os temas mais mencionados foram considerados de maior prioridade. Também a **urgência e intensidade**, relacionado a forma como o tema foi apresentado pelos participantes. Ainda, o impacto e a abrangência, que considerou a quantidade de grupos diferentes que são afetados pelo mesmo ponto. Por fim, as **relações de causa e efeito**, aqueles temas que funcionam como origem de múltiplos problemas receberam prioridade alta.

Para cada encontro, o planejamento contemplou momentos de **apresentação institucional, dinâmicas participativas de levantamento de problemas e potencialidades**, e a **priorização coletiva** dos temas considerados mais urgentes. O planejamento também incluiu a **definição prévia de facilitadores e relatorias**, garantindo uniformidade na condução dos debates e qualidade no registro das informações. Os resultados de cada oficina foram sistematizados em **atas**, que serviram de base para a elaboração do **Diagnóstico da Leitura Comunitária**.

Esse planejamento detalhado assegurou não apenas o cumprimento das metas estabelecidas no cronograma, mas sobretudo a **efetiva participação social**, princípio essencial para a revisão do Plano de Manejo e exigência legal do SNUC e do SEUC/TO.

1. DIGNÓSTICO AMBIENTAL

O **Diagnóstico Ambiental** da **APA Ilha do Bananal/Cantão** constitui etapa essencial do processo de revisão do Plano de Manejo, pois permite compreender de forma integrada os **elementos físicos, bióticos e socioeconômicos** que estruturam a dinâmica ambiental da área. Situada em uma região de transição entre o **Cerrado e a Amazônia**, a APA apresenta elevada diversidade ecológica, mas também significativa vulnerabilidade frente às pressões de uso do solo, exploração de recursos naturais e mudanças climáticas. Este diagnóstico busca identificar as principais características ambientais, mapear problemas e potencialidades e subsidiar a definição de diretrizes de **zoneamento e gestão sustentável**. Dessa forma, oferece as bases científicas e participativas necessárias para equilibrar **conservação e desenvolvimento local**, assegurando a proteção dos ecossistemas e a qualidade de vida das comunidades que dependem diretamente desses recursos.

O Diagnóstico Ambiental revela um paradoxo central que define a **APA Ilha do Bananal/Cantão**: a convivência entre a abundância de recursos e a percepção de sua crescente escassez. A região é reconhecida por sua riqueza natural, marcada por altos índices pluviométricos, solos com potencial de manejo e uma biodiversidade única, resultado de sua posição como um ecótono entre o Cerrado e a Amazônia. Contudo, as discussões em todas as oficinas apontam para uma preocupação com a degradação desses recursos. Este eixo, portanto, demonstra a tensão fundamental entre a base de recursos que sustenta a vida e a economia local e os impactos das atividades humanas, tornando a gestão sustentável da água, dos solos e da biodiversidade uma necessidade crítica para o futuro da APA. O **Quadro 2** apresenta as principais contribuições ambientais das Oficinas de Revisão do Plano de Manejo da **APA Ilha do Bananal/Cantão**. Destaca recursos e valores fundamentais como: recursos hídricos; chuvas; solo e biodiversidade.

Quadro 2: Diagnóstico Ambiental

RECURSO OU VALOR FUNDAMENTAL	CONDIÇÕES ATUAIS	TENDÊNCIAS	AMEAÇAS	NECESSIDADES DE DADOS	NECESSIDADES DE PLANEJAMENTO
RECURSOS HÍDRICOS (RIOS, NASCENTES) Nível de prioridade: Alta	A região possui alta disponibilidade de água. Relatos de que antes havia muito mais água na região. Falta de água para consumo e produção em assentamentos e na zona rural, especialmente na seca. O Rio do Coco está ficando mais assoreado.	Diminuição da vazão de rios e do volume de áreas alagáveis. Aumento do assoreamento dos rios.	Destruição e aterramento de nascentes com madeira, pedra e entulho. Risco de desaparecimento de corpos d'água menores. Falta de conhecimento sobre a relação de causa e efeito entre desmatamento e a saúde dos rios. Grandes plantações e seus drenos impactando os corpos d'água. Poluição dos rios por lixo deixado por turistas.	Inventário da situação das nascentes. Monitoramento da qualidade e vazão das águas dos rios, córregos, lagos e represas.	Criar um programa de recuperação e preservação de nascentes e matas ciliares. Desenvolver projetos específicos para as nascentes entre Marianópolis e Caseara. Facilitar e financiar a construção de poços artesanais, cacimbas e cisternas para as comunidades rurais.
CHUVAS Nível de prioridade: média	Abundância de chuvas, sendo este um fator de atração para a agropecuária. Períodos de seca e chuva bem definidos. Percepção de que as chuvas diminuíram e os períodos de seca estão mais intensos.	Alteração nos ciclos de chuva, com o período chuvoso terminando mais cedo em alguns anos, o que gera incerteza para o planejamento agrícola.	A redução das chuvas é vista como uma ameaça direta à produção e à manutenção dos corpos d'água.	Acompanhamento dos dados pluviométricos e suas tendências.	Programas diferenciados para os períodos de seca e chuva. Programa de educação ambiental quanto a relação da preservação da vegetação nativa e a chuva.
SOLO Nível de prioridade: baixa	Solos da região são considerados pobres e exigem alto investimento. Em áreas de agronegócio, são	Adoção de práticas que buscam a melhoria contínua e a recuperação da qualidade do solo,	Alto custo e investimento para correção e melhoria do solo. Erosão e assoreamento dos rios, com o solo	Levantamento sobre o potencial de erosão do solo em diferentes áreas da APA Mapeamento de possíveis áreas com processos	Criar programas de incentivo a práticas de manejo que melhorem a saúde do solo. Desenvolver assistência técnica para

RECURSO OU VALOR FUNDAMENTAL	CONDIÇÕES ATUAIS	TENDÊNCIAS	AMEAÇAS	NECESSIDADES DE DADOS	NECESSIDADES DE PLANEJAMENTO
BIODIVERSIDADE (VEGETAÇÃO E FAUNA) Nível de prioridade: Média	adotadas práticas de melhoria, como a palhada e a cobertura do solo. Alguns relatos de áreas com erosão ou voçorocas. Solos muito resistente de difícil perfuração na região de Dois Irmãos.	revertendo danos do passado. Aumento da matéria orgânica e do carbono no solo em propriedades que realizam investimento e manejo técnico.	sendo carregado para os cursos d'água do solo. Uso de fertilizantes químicos e defensivos que, segundo alguns relatos, podem degradar o solo a longo prazo. Dificuldade de construção de poços artesanais e semiartesanais.	erosivos que não foram relatadas nas oficinas.	a recuperação de solos para a agricultura familiar. Estabelecer diretrizes para o uso de fertilizantes e defensivos. Viabilizar poços artesanais e/ou semiartesanais.
	Imensa biodiversidade, com encontro dos biomas Cerrado e Amazônia. Presença de espécies de valor para o extrativismo como buriti, pequi e mangaba. Presença de animais silvestres nas fazendas e assentamentos. Relatos de observação de onças, porcos-do-mato, capivaras, veados, lobo-guará, ariranha, emas, entre outros. A região era rica em peixes, mas o estoque pesqueiro diminuiu.	Ampliação das áreas desmatadas. O desmatamento dentro da APA foi menor do que fora dela. Animais silvestres se aproximando de áreas de lavoura para se alimentar. Aumento do número de onças e emas na região.	Desmatamento ilegal. Desaparecimento de recursos do extrativismo (pequi, murici). Queimadas, sem controle e sem autorização. Pesca predatória, especialmente por turistas. Desaparecimento de várias espécies de peixes. Animais silvestres se deslocando para as cidades devido à perda de habitat.	Mapeamento da vegetação já comprometida para uso dos assentados. Levantamento e monitoramento da fauna local. Levantamento e monitoramento da flora local, principalmente: Pequi; Buriti; Babaçu; Macaúba; Mangaba; Murici; Oiti; Araçá; Puçá; Bacaba; Jatobá; Cagaita e Piaçaba.	Criar programas de conscientização e manejo integrado do fogo. Permitir a retirada de madeira seca da reserva para uso dos assentados. Desenvolver o potencial do ecoturismo e do turismo de observação de fauna para gerar renda. Orientar e fiscalizar rigorosamente a pesca predatória. Criação de um "Bolsa Semente" para valorizar a coleta de sementes nativas.

Fonte: IAC/2025.

2. DIGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO

O **Diagnóstico Socioeconômico da APA Ilha do Bananal/Cantão** tem como objetivo compreender as dinâmicas sociais, culturais e econômicas que estruturam a vida das comunidades locais e influenciam diretamente o uso dos recursos naturais. Essa análise busca identificar o **perfil populacional, as principais atividades produtivas, os serviços públicos disponíveis e as práticas culturais** que coexistem no território da APA. Além disso, avalia-se a relação entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental, destacando **desafios, vulnerabilidades e potencialidades**. Dessa forma, o diagnóstico fornece subsídios essenciais para a definição de políticas e programas que conciliem **qualidade de vida, inclusão social e sustentabilidade ambiental** no âmbito da revisão do Plano de Manejo.

O Diagnóstico Socioeconômico reflete as dinâmicas humanas, os conflitos e as aspirações de desenvolvimento dentro da APA. De um lado, o agronegócio é reconhecido como o principal motor da economia local, gerando empregos e atraindo investimentos. De outro, as atas revelam a extrema vulnerabilidade dos assentamentos e da agricultura familiar, que foram estabelecidos na área pelo próprio governo e hoje enfrentam barreiras para produzir e garantir seu sustento. Apesar das diferentes escalas, todos os compartilham uma preocupação central: a estagnação econômica causada pela ausência de um plano de manejo, que impede a chegada de novas indústrias e mantém o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região em níveis baixos. Portanto, este eixo aborda a busca por um modelo de uso da terra que concilie a produção em larga escala com a agricultura familiar, resolva injustiças históricas e destrave o desenvolvimento para todos. O **Quadro 3** apresenta as principais contribuições das Oficinas de Revisão do Plano de Manejo da **APA Ilha do Bananal/Cantão** sobre a socioeconomia. Destaca recursos e valores fundamentais como: uso da terra, agronegócio e áreas consolidadas; assentamentos, comunidades tradicionais e agricultura familiar; social, economia e desenvolvimento local; e turismo.

Quadro 3: *Diagnóstico Socioeconômico*

RECURSO OU VALOR FUNDAMENTAL	CONDIÇÕES ATUAIS	TENDÊNCIAS	AMEAÇAS	NECESSIDADES DE DADOS	NECESSIDADES DE PLANEJAMENTO
USO DA TERRA, AGRONEGÓCIO E ÁREAS CONSOLIDADAS Nível de prioridade: Alta	Fazendas e atividades agropecuárias existentes antes da criação da APA.	Expansão da fronteira agrícola	Atrito e desconfiança entre pequenos e grandes proprietários.	Mapeamento dos usos existentes, licenças liberadas e áreas consolidadas.	Manter o direito de uso das áreas que já estão abertas e em produção.
	O agronegócio é um importante gerador de empregos e desenvolvimento econômico.	Respeitar somente o Código Florestal como regramento válido para as propriedades. Otimista: Adoção de práticas mais	Uso de defensivos agrícolas que afetam a saúde humana e plantações vizinhas. Mudança de investidores para outras regiões	Regulamentação e fiscalização do uso de defensivos agrícolas.	Implementar programas de assistência técnica que incentivem práticas sustentáveis e a obtenção de certificações como o "Selo Verde APA Cantão".

RECURSO OU VALOR FUNDAMENTAL	CONDIÇÕES ATUAIS	TENDÊNCIAS	AMEAÇAS	NECESSIDADES DE DADOS	NECESSIDADES DE PLANEJAMENTO
ASSENTAMENTOS, COMUNIDADES TRADICIONAIS E AGRICULTURA FAMILIAR Nível de prioridade: Alta	Propriedades já consolidadas e com licenças emitidas anteriormente pelo Naturatins.	sustentáveis e uso de produtos biológicos.	devido à insegurança jurídica.		
	Produtores afirmam cumprir a legislação ambiental, que consideram a mais rigorosa do mundo.	Busca por cooperação entre pequenos e grandes proprietários.	Pressão de países desenvolvidos para que o Brasil assumira um peso maior na sustentabilidade.		
	Assentamentos foram criados em áreas de Zona de Conservação. Produção diversificada (farinha, hortaliças, leite, mel), mas com dificuldade de escoamento. Comunidades tradicionais, extrativistas, ribeirinhos têm seu modo de vida dependente dos recursos da APA. Dificuldade de acesso a crédito e licenças ambientais.	Consenso no Naturatins para retirar os assentamentos das Zonas de Conservação na revisão do plano. União entre assentados e grandes produtores para buscar soluções comuns.	Inviabilizar a sobrevivência dos assentados. Abandono das parcelas por falta de condições de produzir. Conflito com o agronegócio pela manutenção de árvores nativas e recursos do extrativismo. Risco de embargo e multas pesadas. Falta de infraestrutura (água, estradas) e assistência técnica.	Mapeamento das áreas de reserva legal dos assentamentos. Dados sobre a renda e as principais atividades produtivas dos assentados e comunidades tradicionais.	Retirar os assentamentos da Zona de Conservação. Criar zonas especiais para os assentamentos Facilitar o acesso a infraestrutura (água, energia, estradas). Estruturar programas de fomento que utilizem o status da APA para captar recursos e linhas de crédito específicas. Consultoria e treinamento sobre produções alternativas viáveis e sustentáveis as parcelas
SOCIAL, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL	O IDH dos municípios da APA é, em geral,	Com a aprovação do plano, espera-se a atração de novos	A miséria e a pobreza são consideradas tão	Análise do impacto socioeconômico da APA nos municípios e	Criar e regulamentar o "Selo de Origem APA Cantão"

RECURSO OU VALOR FUNDAMENTAL	CONDIÇÕES ATUAIS	TENDÊNCIAS	AMEAÇAS	NECESSIDADES DE DADOS	NECESSIDADES DE PLANEJAMENTO
Nível de prioridade: Média	mais baixo que a média estadual. A economia local é dependente da agropecuária e do setor público. A falta do plano de manejo atualizado prejudica o desenvolvimento e impede a instalação de novas empresas.	investimentos e a diversificação da economia. Sem a aprovação do plano de manejo continuaria a insegurança jurídica e dificuldade de acesso ao crédito.	importantes quanto a questão ambiental. O crescimento do PIB pela agropecuária não se reflete proporcionalmente na melhoria dos indicadores sociais.	nos assentamentos rurais.	para agregar valor aos produtos. Implementar programas de incentivo, como o "Bolsa Verde", para geração de renda. Reativar programas de compra da produção local para a merenda escolar.
TURISMO Nível de prioridade: Baixa	O potencial turístico da região é pouco explorado.	Falta de planejamento do turismo levar a maior degradação do ambiente.	Turismo desorganizado, com pesca predatória.	Levantamento do potencial turístico e de outras atividades econômicas sustentáveis.	Fomentar o turismo ecológico e de base comunitária, aproveitando as belezas naturais e a cultura local.

Fonte: IAC/2025.

3. DIGNÓSTICO DE GESTÃO

O **Diagnóstico de Gestão da APA Ilha do Bananal/Cantão** busca avaliar de que maneira os instrumentos, estruturas institucionais e mecanismos de governança têm sido aplicados na condução da unidade de conservação. Mais do que identificar normas e procedimentos formais, este diagnóstico analisa a **efetividade da gestão**, considerando a atuação do órgão gestor, o papel do **Conselho Gestor**, a participação dos atores locais e os desafios enfrentados no cotidiano da administração da APA. A intenção é compreender os **gargalos e potencialidades da governança ambiental**, fornecendo subsídios para o fortalecimento da participação social, a ampliação da transparência e a construção de um modelo de gestão mais inclusivo, eficiente e sustentável.

O Diagnóstico de Gestão representa a causa raiz da maioria dos conflitos que afetam a APA. A ausência de um plano de manejo claro e atualizado gerou um vácuo de governança, resultando em uma profunda "insegurança jurídica", o problema mais citado em todas as oficinas. Essa insegurança dificulta o acesso a crédito e financiamentos, impede a emissão de licenças ambientais, afasta novos investimentos e deixa todos os produtores,

independentemente do porte, vulneráveis a multas e penalidades. As oficinas de diagnóstico são uma resposta direta a essa falha institucional, representando a busca por uma nova forma de gestão, mais participativa e transparente, que possa finalmente estabelecer as novas regras e garantir a estabilidade necessária para o futuro da região. O **Quadro 4** apresenta as principais contribuições das Oficinas de Revisão do Plano de Manejo da **APA Ilha do Bananal/Cantão** sobre a gestão. Destaca questões relacionadas a gestão, governança e a participação.

Quadro 4: Diagnóstico de Gestão

RECURSO OU VALOR FUNDAMENTAL	CONDIÇÕES ATUAIS	TENDÊNCIAS	AMEAÇAS	NECESSIDADES DE DADOS	NECESSIDADES DE PLANEJAMENTO
GESTÃO, GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO Nível de prioridade: Alta	Profunda insegurança jurídica devido à falta de um plano de manejo claro e atualizado.	A aprovação do plano de manejo é vista como a principal solução para a insegurança jurídica.	Desatualização do plano de manejo pode paralisar investimentos e estagnação econômica dos municípios.	Levantamento sobre multas aplicadas e propriedades embargadas pela falta do plano de manejo.	Finalizar e aprovar com urgência o plano de manejo para destravar o acesso a crédito e permitir novos investimentos.
	O processo de revisão do plano é participativo, com alta mobilização da comunidade. Baixa capacidade de fiscalização e orientação do Naturatins por falta de efetivo. Percepção de que a burocracia é excessiva e punitiva, em vez de educativa.	Fortalecimento da governança local através do Conselho Gestor da APA e da participação social.	Conflitos sobre o direito de propriedade, especialmente para quem adquiriu terras antes da APA. Falta de participação de parte da comunidade nas atividades, o que pode enfraquecer a legitimidade do plano.	Mapeamento das famílias chefiadas por mulheres que integram a APA.	Considerar a questão do direito adquirido de proprietários que já estavam na região antes da APA. Simplificar os processos de licenciamento para atividades de baixo impacto. Fortalecer a estrutura do Naturatins na região e a representatividade do Conselho Gestor.

Fonte: IAC/2025.

4. ANÁLISE DOS ATORES

A **Análise dos Atores** constitui etapa fundamental no processo de revisão do **Plano de Manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão**, pois permite compreender quem são os principais sujeitos envolvidos na gestão da unidade de conservação, quais são seus interesses, capacidades de influência e níveis de participação. O território da APA reúne uma ampla diversidade de atores, que vão desde **comunidades tradicionais, agricultores familiares e assentados da reforma agrária** até **produtores rurais, gestores municipais, organizações da sociedade civil, instituições de pesquisa e órgãos governamentais**.

Essa análise busca identificar tanto os **atores com maior poder de decisão e influência política e econômica**, quanto aqueles que possuem **alto interesse, mas baixa capacidade de incidência**, como comunidades locais que dependem diretamente dos recursos naturais. Ao mapear essas relações, é possível compreender os **conflitos, alianças e demandas** presentes no território, fornecendo elementos para a construção de estratégias de gestão mais **participativas, inclusivas e transparentes**. Dessa forma, a análise dos atores é essencial para orientar o zoneamento, os programas de gestão e a efetiva implementação do Plano de Manejo, garantindo que os diferentes interesses sejam considerados e conciliados dentro de uma perspectiva de **sustentabilidade socioambiental**.

Após as oficinas de revisão foi possível identificar um conjunto de atores envolvidos no processo, cada um com características e interesses distintos em relação ao **Plano de Manejo da APA Ilha do Bananal/ Cantão**. A seguir estão os principais atores reconhecidos e seus respectivos posicionamentos.

4.1. Produtores Rurais (Grande e Médio Porte / Agronegócio)

São identificados como o principal motor econômico da região, responsáveis por grandes investimentos, geração de empregos e aumento da arrecadação municipal. Afirmam já cumprir a legislação ambiental mais rigorosa do mundo, preservando entre 35% e 50% de suas propriedades.

Eles demonstram ter como principais interesses no plano de manejo:

- a) **Segurança jurídica:** É a demanda mais urgente e universal deste grupo. Precisam de regras claras e estáveis para planejar investimentos, obter crédito em bancos e garantir a comercialização de seus produtos.
- b) **Respeito às áreas já consolidadas:** Querem que o plano reconheça e mantenha o direito de uso das "áreas consolidadas", que já estão em produção há muitos anos.
- c) **Não imposição de novas restrições:** O maior receio é que o plano crie restrições adicionais ao Código Florestal, o que na opinião deles poderia inviabilizar economicamente suas atividades.
- d) **Previsibilidade para o desenvolvimento:** Desejam que o plano permita a continuidade do desenvolvimento, incluindo a possibilidade de abrir novas áreas (dentro da legalidade) e instalar agroindústrias.

4.2. Assentados e Pequenos Produtores (Agricultura Familiar)

Este grupo de atores foram estabelecidos na região por órgãos governamentais como o INCRA, muitos deles após a criação da APA. Vivem da produção de subsistência e da venda de excedentes em pequena escala (mandioca, leite, hortaliças, farinha). Enfrentam graves dificuldades de infraestrutura, especialmente a falta de água, e carência de assistência técnica.

Eles demonstram ter como principais interesses no plano de manejo:

- a) **Retirada dos projetos de assentamento da Zona de Conservação:** Para os assentamentos localizados nessas áreas esta é a demanda mais crítica.
- b) **Direito de produzir:** demandam o direito de trabalhar na totalidade de suas parcelas de terra, conforme lhes foi prometido, para garantir o sustento de suas famílias.
- c) **Acesso a crédito e licenças:** A dificuldade de acesso aos financiamentos e a burocracia e altos custos das licenças ambientais são queixas constantes. Pedem que o plano crie processos de licenciamento mais simples e ágeis, adequados à sua escala de produção.
- d) **Apoio e Infraestrutura:** Esperam que o plano preveja programas de apoio para construção de poços artesianos, cisternas, e que garanta o acesso à assistência técnica.

4.3. Comunidades Tradicionais (Extrativistas, Pescadores, Ribeirinhos)

Alguns destes também vivem nos projetos de assentamentos rurais, aparecem em menor número nas oficinas. Eles possuem uma relação cultural com a área, com um modo de vida diretamente dependente da integridade dos recursos naturais. Sua principal fonte de renda e subsistência vem da coleta de frutos do cerrado (pequi, buriti, mangaba) e da pesca. São representados por associações como a AMA Cantão.

Eles demonstram ter como principais interesses no plano de manejo:

- a) **Proteção dos recursos naturais:** A principal demanda é a conservação da vegetação nativa e a proteção das nascentes e rios, que são a base de seu sustento.
- b) **Respeito ao modo de vida:** Querem que o plano reconheça e proteja sua cultura e seu direito de permanecer na área, pois se sentem ameaçados pelo avanço do agronegócio.
- c) **Controle no uso dos defensivos:** Expressam grande preocupação com o impacto dos defensivos agrícolas em sua saúde, em suas plantações e na fauna local.
- d) **Manutenção da biodiversidade:** Veem o desaparecimento de espécies de peixes e de frutos nativos como uma ameaça direta à sua segurança alimentar e econômica.

4.4. Poder Público Municipal (Prefeitos, Secretários e Vereadores)

Eles atuaram como mediadores entre os interesses locais e as instâncias estaduais. São pressionados pela necessidade de promover o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, cumprir as legislações ambientais. Alguns são também produtores. Os prefeitos possuem papel central no Conselho Gestor da APA.

Eles demonstram ter como principais interesses no plano de manejo:

- a) **Desenvolvimento econômico:** O principal objetivo é relacionado a economia dos municípios, permitindo a atração de investimentos, a geração de empregos e o aumento da receita.
- b) **Segurança jurídica:** Veem a aprovação do plano como a única forma de oferecer a segurança necessária para que produtores e empresas invistam na região.
- c) **Busca pelo equilíbrio:** Em seus discursos, buscam uma posição de equilíbrio, defendendo a conciliação entre produção e preservação para atender aos diferentes grupos de eleitores.

4.5. Órgãos de Gestão e Técnicos

Aqui destaca-se o Naturatins, a ADSTO, e o IAC/UFT.

- a) **Naturatins:** Órgão ambiental do Estado, responsável pela gestão da APA. É percebido de forma ambígua pela população: ora como um "inimigo" punitivo, ora como um parceiro em potencial. Reconhece suas limitações (falta de pessoal) e os erros do passado (como em assentamentos). Posiciona-se como um executor que busca uma solução técnica e legalmente viável com o novo plano. Busca garantir que o Plano de Manejo esteja **em conformidade com o SNUC, o SEUC/TO e a lei de criação da APA.**
- b) **ADSTO:** Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Tocantins. Inicialmente vista como representante dos grandes produtores, posiciona-se como defensora do desenvolvimento de toda a região. Seu principal interesse é acelerar a aprovação de um plano de manejo que traga segurança jurídica para destravar o potencial econômico do Vale do Araguaia.
- c) **IAC/UFT:** Instituição acadêmica responsável pela condução do diagnóstico participativo. Define seu papel como mediador técnico e imparcial, com o objetivo de construir um plano que equilibre os pilares ambiental, social e econômico com base em dados e na participação popular.

4.6. Capacidade de Influência

A análise da **capacidade de influência** busca compreender em que medida os diferentes atores envolvidos no território da **APA Ilha do Bananal/Cantão** conseguem intervir nas decisões e no direcionamento das políticas de gestão ambiental. Essa influência pode se manifestar por meio de **recursos políticos, econômicos, técnicos, sociais ou culturais**, e varia conforme a posição ocupada pelos atores nas redes de poder locais, regionais e institucionais.

No contexto da APA, alguns grupos possuem **alto poder de decisão e capacidade de mobilização**, como órgãos governamentais, prefeituras e grandes produtores rurais, enquanto outros, apesar de apresentarem **alto interesse**, dispõem de menor capacidade de articulação, como comunidades tradicionais, assentados e pequenos agricultores. Mapear essas diferenças é fundamental para identificar **conflitos potenciais, alianças estratégicas e desequilíbrios de poder.**

Assim, este item busca evidenciar como cada ator ou grupo social pode **influenciar o processo de planejamento, implementação e monitoramento** do Plano de Manejo, permitindo a definição de estratégias que assegurem **maior equilíbrio e justiça socioambiental** na governança da APA.

Considerando fatores como a frequência das falas nas oficinas; a consistência e clareza dos argumentos; o poder político-institucional, com a presença em conselhos, prefeituras e órgãos de decisão; o poder econômico, relacionado de investimentos, geração de emprego e arrecadação; e o histórico de influência de produtores rurais em zoneamentos anteriores. Cada ator recebeu uma nota de 0 a 10 (na qual 10 seria considerada a capacidade máxima) (**Quadro 5**).

Quadro 5: Capacidade de influência dos atores

Atores	Nota (0–10)	Justificativa
Produtores Rurais (grande e Médio Porte/ Agronegócio)	9	Grande poder econômico e político, presença em sindicatos, prefeituras e Conselho da APA. Discurso coeso de defesa do Código Florestal.
Assentados e Pequenos produtores (Agricultura Familiar)	6	Maior número de falas (30%), mas fragmentados em demandas locais, baixa capacidade de articulação política ampla.
Comunidades Tradicionais (Extrativistas, Pescadores e Ribeirinhos)	4	Baixa representatividade e pouca voz; discurso relevante (proteção das nascentes, extrativismo), mas com pouco peso político.
Poder Público Municipal (Prefeitos, secretários e vereadores)	8	Forte peso institucional (todos no Conselho da APA); muitos também são produtores rurais. Capacidade alta de influenciar deliberações.
Órgãos de Gestão e Técnicos	7	Capacidade técnica elevada e poder de mediação; não necessariamente impõem interesses próprios, mas influenciam a forma técnica do plano.

Fonte: IAC/UFT, 2025.

Observa-se que no bloco dominante (com notas 8–9) estão os Produtores Rurais (grande e Médio Porte/ Agronegócio) e Poder Público Municipal (Prefeitos, secretários e vereadores) principalmente por concentrarem o poder político e econômico. No bloco intermediário (com notas 6 e 7) estão os órgãos de gestão e técnicos e os assentados e pequenos produtores (agricultura familiar), menor poder de influência política, entretanto com respaldo técnico importante para mediar as situações. Por fim, aparecem o bloco mais vulnerável (com nota igual ou inferior a 4) se fazem presentes na discussão, tem sua importância reconhecida, mas com pouca força para garantir que seus interesses prevaleçam sem apoio institucional.

CONCLUSÃO

O presente **Diagnóstico de Leitura Comunitária** representa um marco essencial no processo de revisão do **Plano de Manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão**, pois consolida os resultados das 14 oficinas realizadas nos nove municípios e cinco assentamentos inseridos no território da unidade de conservação. A sistematização das demandas comunitárias revelou um cenário complexo, mas também repleto de potencialidades ambientais, produtivas e sociais, destacando a necessidade de conciliar **conservação da biodiversidade** com **desenvolvimento sustentável**.

A análise dos atores evidenciou a diversidade de interesses e perspectivas, mas também uma **convergência notável em torno da segurança jurídica**, apontada como condição imprescindível para a redução de conflitos, o acesso a crédito e a viabilidade das atividades produtivas. Além disso, temas como **água, produção agrícola e pecuária, extrativismo, pesca artesanal e turismo de base comunitária** despontaram como eixos centrais para a construção de um zoneamento mais equilibrado e inclusivo.

Com este diagnóstico, o processo avança para a etapa de **integração entre a leitura técnica e a leitura comunitária**, que subsidiará a elaboração da proposta de **Zoneamento Ambiental e Socioeconômico**, prevista para novembro de 2025, e sua discussão em **audiências públicas** nos municípios em dezembro do mesmo ano. A etapa seguinte, de definição dos **programas e ações de gestão**, culminará com a finalização do plano de manejo em março de 2026.

As informações aqui sistematizadas constituem a **base estratégica para orientar decisões de planejamento, gestão e monitoramento da APA**, fortalecendo sua função de instrumento participativo e legítimo. O êxito desse processo dependerá da **continuidade do engajamento dos atores sociais e institucionais**, que agora têm a oportunidade de transformar este diagnóstico em um plano efetivo de gestão territorial.

Espera-se, por fim, que o novo Plano de Manejo não apenas **supere os passivos históricos** e reduza os conflitos existentes, mas também seja capaz de **destravar o potencial de desenvolvimento sustentável** da região, assegurando qualidade de vida às populações locais e a **conservação dos ecossistemas** para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

ICMBio. **Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais**. Brasília, DF: ICMBio, 2018. 208 p. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/roteiros/roteiro_metodologico_elaboracao_revisao_plano_manejo_ucs.pdf. Acesso abr. 2025.